

CEF vai abrandar exigências para financiamento de imóvel

A Caixa Econômica Federal (CEF) vai atenuar em breve as exigências na concessão de financiamentos para compra da casa própria, provavelmente suprimindo o chamado "critério seletivo" que se traduz na obrigação de o candidato ao crédito depositar, por até seis meses, o valor da parte não financiada. A iniciativa da CEF de rever seus polêmicos critérios foi revelada a Roberto Capuano, presidente do Conselho de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci), pelo ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Schwartz não deu prazos ou maiores detalhes sobre esse recuo da CEF, já admitido por seu presidente interino, Maurício Viotti, ao anunciar, como fez na semana passada, que a instituição poderá abdicar da exigência de saldo médio ou depósito prévio se a procura por financiamentos continuar reduzida. Capuano espera que a Caixa não só reveja sua posição como se torne a grande promotora da "verdadeira" caderneta habitacional vinculada, "em que o titular tem garantia de financiamento ao final do prazo mínimo de seis meses de depósitos".

Condenando o "critério seletivo" adotado pela CEF, que a seu ver implica discriminar pretendentes ao crédito, o presidente do Creci afirma que a CEF "não pode seguir o mesmo diapasão das companhias de crédito imobiliário privadas. A Caixa tem uma função social inerente, a qual não pode renunciar", insistiu.

Inquilinos querem equivalência

Reajuste dos aluguéis de acordo com a equivalência salarial. Esta foi a principal reivindicação apresentada ontem, em São Paulo, por Maria Elisa Jardim Barbosa, presidente do Movimento dos Inquilinos Intranquilos, ao ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Os inquilinos intranquilos querem ainda uma ampla revisão da Lei do Inquilinato, pedindo um teto máximo no valor inicial dos novos contratos de locação.

Segundo Deni Schwartz, ele quis ouvir os "inquilinos intranquilos porque pretende falar "com todos os setores da habitação". O ministro reconhece que a crise habitacional é "grave", mas não deu resposta às reivindicações. "Pretendo estudar as propostas, inclusive junto ao presidente José Sarney", disse Schwartz.

De acordo com o ministro, já está em estudo a regionalização das regras do inquilinato, prevendo como base do valor dos aluguéis o valor venal dos imóveis. Afirmou que governo federal vem investindo na construção de novas moradias, na tentativa de solucionar o problema habitacional. "Apenas a Caixa Econômica Federal aplicará Cz\$ 103 bilhões (US\$ 2 bilhões) na construção de casas e no saneamento no Estado de São Paulo", afirmou.



Joveci C. Freitas

Deni Schwartz e Maria Elisa: em busca de soluções

Quanto ao financiamento de imóveis usados e as muitas reclamações dos pretendentes ao crédito, Schwartz disse que "num primeiro momento, as exigências foram colocadas para os clientes da CEF", deixando claro que uma nova etapa pode surgir, dessa vez com exigências mais coerentes com a renda da população. "Fica difícil, realmente, traba-

lhar o Sistema Financeiro da Habitação num país cujo salário mínimo é de 45 dólares", reconhece. A OTN como indexador da poupança dará "estabilidade ao setor habitacional".

Para Maria Elisa, do Movimento dos Inquilinos Intranquilos, é necessário rever a lei do inquilinato porque "está aumentando muito o número de despejos".